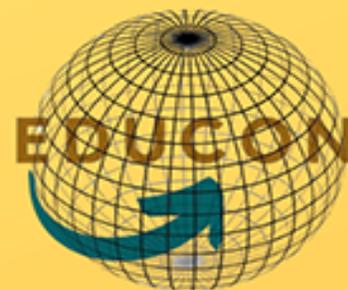




Anais do XIV Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade"

24 a 25 de setembro de 2020



Volume XIV, n. 8, set. 2020
ISSN: 1982-3657 | Prefixo DOI: 10.29380

EIXO 8 - TECNOLOGIA, MÍDIAS E EDUCAÇÃO

Editores responsáveis: **Veleida Anahi da Silva - Bernard Charlot**

DOI: <http://dx.doi.org/10.29380/2020.14.08.42>

Recebido em: **04/09/2020**

Aprovado em: **06/09/2020**

OS CONTRIBUTOS DOS RECURSOS EDUCACIONAIS ABERTOS PARA A
DEMOCRATIZAÇÃO DO CONHECIMENTO THE CONTRIBUTIONS OF EDUCATIONAL
RESOURCES OPEN TO THE DEMOCRATIZATION OF KNOWLEDGE LAS
CONTRIBUCIONES DE LOS RECURSOS EDUCATIVOS ABIERTOS A LA
DEMOCRATIZACIÓN DEL CONOCIMIENTO

SANDRA MARIA FERREIRA DE SOUZA

<https://orcid.org/0000-0003-1053-1035>

MONICA DE OLIVEIRA MOTA

<https://orcid.org/0000-0002-4028-7152>

Resumo

Esse estudo reflete sobre as potencialidades apresentadas pelos REA, frente aos ditames da contemporaneidade que têm necessitado de novas posturas do educador ante exigências já postas em diferentes modalidades de ensino. Esse é um estudo epistemológico sob os possíveis influxos que ocorrem na relação das ações pesquisar X produzir conhecimento. A proposta deste artigo é ampliar a discussão sobre os contributos dos Recursos Educacionais Abertos (REA) sob o licenciamento Creative Commons (CC) para o fomento da criação e difusão democrática da produção midiática em tempos de aprendizagens híbridas. Diante das demandas hodiernas, novas possibilidades se constituem precípuas ao processo educativo tanto na modalidade presencial quanto na modalidade EAD (Educação a Distância), tão exponencialmente aceita por possibilitar ao maior número de pessoas o acesso ao conhecimento.

Resume

This article reflects on the potentialities presented by the OER, in view of the dictates of contemporaneity that have required new positions from the educator in face of demands already placed in different teaching modalities. This is an epistemological study under the possible influences that occur in the relation of the actions research X produce knowledge. The purpose is to expand the discussion on the contributions of Open Educational Resources (OER) under Creative Commons (CC) licensing for the promotion of the democratic creation and diffusion of media production in times of hybrid learning. In the face of today's demands, new possibilities are essential to the educational process both in the face-to-face and in the distance learning (Distance Education) modality, which is so exponentially accepted because it allows the greatest number of people access to knowledge.

Currículum

Este artículo reflexiona sobre las potencialidades que presentan los REA, ante los dictados de la contemporaneidad que han exigido nuevas posiciones del educador ante demandas ya planteadas en las distintas modalidades de enseñanza. Éste es un estudio epistemológico bajo las posibles influencias que se dan en la relación de las acciones de investigación X producir conocimiento. El propósito es ampliar la discusión sobre los aportes de los Recursos Educativos Abiertos (REA) bajo licencia Creative Commons (CC) para la promoción de la creación democrática y la difusión de la producción mediática en tiempos de aprendizaje híbrido. Ante las demandas actuales, las nuevas posibilidades son fundamentales para el proceso educativo tanto en la modalidad presencial como en la modalidad de educación a distancia (Educación a Distancia), la cual es tan exponencialmente aceptada porque permite el acceso al conocimiento al mayor número de personas.

Introdução

A pesquisa educacional revela sua magnitude pela capacidade de ampliação em diferentes esferas do saber. Vale ressaltar que, de acordo com Gatti (2001, p.71), “[...] a pesquisa não pode estar a serviço de solucionar pequenos impasses do dia-a-dia, porque ela é processo de construção [...] não se coaduna com as necessidades de decisões mais rápidas”, independente do caráter ou tipo de pesquisa. Como aponta a autora, a pesquisa não se encarregará de sanar problemas imediatistas ou apresentar respostas aligeiradas, mas com certeza, podem anunciar novas perspectivas de como lidar com situações problemas.

O presente artigo reflete sobre a relevância dos REA para a promoção da educação democrática presencial ou a distância e seus possíveis movimentos no sentido de tornar universalizado a produção de saberes para a formação de sujeitos capazes de compreender a realidade social, apontando o conhecimento, a informação e a comunicação como aspectos fundantes do desenvolvimento humano. Resulta de um estudo de revisão bibliográfica, que deve ser entendido como algo que requer a reflexão do conhecimento científico. Teixeira (2005, p.84) define o conhecimento científico como “aquele que está proporcionalmente direcionado à forma de pensamento e de estratégia de conhecimento que o homem realiza frente aos fenômenos.” Logo, a pesquisa científica é uma ação sistemática que requer do sujeito precisão e veracidade do discurso científico.

Em vista disso, torna-se cabível questionar: Qual a importância do REA para a democratização do conhecimento? O que está para além da produção e utilização de um REA na EaD? Visando responder os questionamentos expostos, o presente artigo versa sobre a temática que aponta a educação imersa num cenário em que muitas transformações perpassam às diversas esferas sociais. Refletir sobre essa temática é necessário dada a importância e densidade do assunto para o fortalecimento do debate e, conseqüentemente, ampliar as possibilidades de democratização do conhecimento proporcionado pelos REA, através de um estudo epistemológico sob os possíveis influxos que ocorrem na bifurcação das ações pesquisar X produzir conhecimento tão vitais aos processos educativos.

No cerne da discussão, destaca-se a licença *Creative Commons* (CC) que concede diferentes vias de acesso às obras num modelo flexível de uso. Para alcançar os objetivos propostos, utilizou-se como recurso metodológico a pesquisa bibliográfica que propõe encetar um possível diálogo sob os ângulos dos estudos epistemológicos sobre os Recursos Educacionais Abertos e da licença *Creative Commons* numa nova dimensão do conhecimento, tendo como base de sustentação teórica estudiosos como Lévy (1993), Thurler (2007), Filloux (2010), Monasta (2010), Pretto (2012), Rossini (2015), entre outros que respaldam sobre a temática abordada.

Diante do exposto, partindo de tal premissa, torna-se importante ampliar o diálogo tendo como espaço de fomento à produção, utilização e compartilhamento de REA no ensino, apresentando a justificativa de tornar profícuo essa produção escrita. Portanto, o objetivo principal desse estudo é trazer à pauta a discussão sobre a importância dos Recursos Educacionais Abertos para a promoção da democratização do conhecimento.

Reflexão e ação: perspectivas para mudanças

A contemporaneidade tem revelado um complexo e dinâmico processo de busca e construção do conhecimento ante o exponencial desenvolvimento tecnológico. Esse cenário traz consigo necessidades emergenciais ao contexto educacional, máxime nos aspectos históricos, culturais, sociais, políticos, econômicos e tecnológicos que interferem direta e indiretamente no contexto educacional, pois a celeridade de criação de interfaces tecnológicas proporcionaram novos rumos em

vários setores da vida cotidiana e, no contexto educacional, tem modificado decisivamente novas modalidades de ensino e construções de saberes.

O advento da Internet, pelo seu caráter ubíquo e pervasivo, permitiu uma rápida expansão no mundo viabilizando imensuráveis possibilidades no que tange aos processos do ensinar e aprender. Uma delas, sem dúvida, é a produção dos Recursos Educacionais Abertos (REA) por fomentar infinitos e sucessivos influxos: ler, escrever, aprender, criar, remixar, compartilhar, produzir, refletir, dentre outros, apontam um incomensurável potencial no ensino, permitindo assim, maior amplitude de acesso ao conhecimento. Na realidade, esse contexto evidencia que é preciso refletir sobre a necessidade de formação ante à nova situação social onde se impõe como vetor para a compreensão de fatos sócio-históricos que articulam a rede da vida humana e perpassam o universo educativo.

A invenção e reinvenção de recursos e espaços são resultantes de um processo demarcado pela velocidade acelerada, decorrente do desenvolvimento tecnológico que tem, também, requerendo uma nova ética, uma nova ordem que permeia as atividades de acesso, produção e compartilhamento de informação descompromissadas com os limites de tempo e espaço.

O processo de virtualização democratiza as relações de espaço-tempo instituídas na rede, o que consequentemente conduz a crença de que a potencialização da virtualização é decorrente da democratização da internet, gerando um movimento de retro alimentação, que exige, principalmente, o repensar dos formatos de aprendizagem, pois “[...] *o Espaço do saber incita reinventar o laço social em torno o aprendizado recíproco, da sinergia das competências, da imaginação e da inteligência coletivas*”, (LÉVY, 2000, p. 26).

A dinâmica colocada, fortalece o diálogo democrático que viabiliza um espaço horizontalizado de interação social e cultural onde qualquer sujeito pode participar ativamente, apontando o conhecimento, a informação e a comunicação como partes fundantes para o desenvolvimento humano.

Acerca dessa realidade, entra em cena a Educação a Distância (EaD) que tem ganhado expressiva adesão no mundo contemporâneo frente ao público do Ensino Superior e seu potencial valor para a construção do conhecimento científico. Vale pontuar que a modalidade da Educação a Distância no Brasil tem como marco legal, para a validação em todo território nacional, com a Lei nº 9.394 promulgada em 1996.

De acordo com texto expresso na Lei de Diretrizes e Base - LDB no Art. 80: “o Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada” (BRASIL, 1996, p. 43). Posteriormente, ainda no mesmo artigo, pode-se ler claramente no Art. 1º, o Decreto 9.057/17:

[...] considera-se educação a distância a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos. (Decreto 9.057, 2017).

Destarte, a educação nessa modalidade de ensino amplia a capacidade de acesso tendo como potencializadores e facilitadores as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) para a aquisição dos conhecimentos exigidos em todas as esferas da sociedade.

Assim, é eminente a necessidade de uma mudança no processo ensino-aprendizagem que assegure, como propõe Belloni (2001, p. 9), “a integração das TIC aos processos educacionais, como eixo

pedagógico central”. Vale salientar que todos os atores educacionais representam a base de sustentação da inovação educacional que possibilitará que a real mudança se efetive sem perder de vista, contudo, a centralidade da identidade.

Portanto, repensar a práxis pedagógica é contribuir para um diálogo político e teórico-metodológico para que se possa romper a oposição existente entre teoria e prática como forma de garantir a todos a ampliação de repertórios pela busca e construção do conhecimento necessárias às inovações as quais o mundo propõe.

No pensar de Thurler (2007): “Mudar preservando sua identidade, é sem dúvida o desafio principal com que a vida confronta não só as pessoas, mas também as organizações”. Esse pensar aponta para o entendimento de valorização da identidade, pois a mesma deve estar em consonância com os princípios que norteiam as organizações e os sujeitos para o fortalecimento do respeito e do diálogo entre as diferentes partes para a garantia da promoção à democratização do conhecimento crítico, ético e contextualizado, validando, todavia, o caráter plural dos sujeitos.

Partindo dessa premissa, aspectos atinentes aos avanços tecnológicos como potencializadores dos processos educacionais nas modalidades presencial e ou a distância serão relevantemente reflexionados como meios alternativos e criativos na educação para a busca, produção e difusão democrática do conhecimento.

Recursos Educacionais Abertos e a democratização do conhecimento

Como prólogo para essa discussão urge pontuar que o interesse em repensar o universo educacional tem sido alvo de discussões cada vez mais hodiernas e encontra-se imerso na necessidade de reformas educacionais mediadas pela compreensão das transformações sociais, políticas, históricas e tecnológicas que muito interferem na dinâmica ensinar X aprender do processo educacional.

A busca do conhecimento é *sine qua non* ao ato educativo. O homem, enquanto ser de linguagens e com a posse da palavra falada, desde seus primórdios, demonstra que toda transformação existente na sociedade se deu mediante vários fatores e um deles foi, sem dúvida, a linguagem, que possibilitou a busca pelo conhecimento e permitiu a passagem da pedra lascada para o mundo virtual. Sobre virtualidade, o filósofo francês Pierre Lévy (1996)

Quando uma pessoa, uma coletividade, um ato, uma informação se virtualizam, eles se tornam “não-presentes”, se desterritorializam. Uma espécie de desengate os separa do espaço físico ou geográfico ordinários e da temporalidade do relógio e do calendário. É verdade que não são totalmente independentes do espaço-tempo de referência, uma vez que devem sempre se inserir em suportes físicos e se atualizar aqui ou alhures, agora ou mais tarde. No entanto, a virtualização lhes fez tomar a tangente. (Lévy, 1996, p.21).

Assim, como se pode perceber no pensar de Lévy, a virtualização é um fenômeno que, na realidade, é atemporal e ampliador da variabilidade de espaços e temporalidades; possibilita a emergência de modalidades diversificadas de tempo e espaço, onde a informação se desterritorializa e seu alcance global permite limites dos quais até bem pouco tempo não se tinha uma compreensão de se eram previstos ou não. Desta forma, extrapolam a dicotomia espaço-tempo e parte-todo, configurando a existência um fenômeno caracterizador de uma complexidade antes não considerada. Essa complexidade é indissociável do mundo virtual. Esse movimento tem resultando em mudanças comportamentais, sociais e, principalmente, educacionais.

A dinâmica interdependente se torna fundante e se coloca no centro de outras questões, como bem

afirma Monasta (2010, p.12): “A educação é um campo no qual a teoria e a prática, a cultura e a política, inevitavelmente, se confundem; em que a pesquisa e a descoberta teórica se misturam com a ação social e política.” Logo, a tarefa da escola deve estar em consonância a outras dimensões que transcorrem e se esbarram fora dela.

Como corrobora, claramente, Pretto (2013, p. 66), “A educação é um fenômeno que tem na escola um espaço fundamental, mas não limitada a este. As ruas, as ações sociais, as famílias, a vida cotidiana e, principalmente, a luta política possuem também uma dimensão formativa básica dos jovens no mundo contemporâneo.” Assim, a escola deve buscar caminhos para uma prática que dialogue com os atuais ditames sociais e amplie a capacidade formativa e criativa dos educadores e dos educandos que nela transitam. A formação do professor, portanto, não poderá jamais estar descontextualizada.

No texto “Mestres do Amanhã”, Anísio Teixeira (1963), alerta que essa não se revela um processo anacrônico, vista a percepção de que há muito por fazer no tirocínio docente e reflete a necessidade dessa formação frente às exigências do que se está posto.

Ao compreender que muitos educadores precisam da formação para a apropriação tecnológica necessária à prática pedagógica não parece ser demais salientar a importância dessa formação está aliada ao princípio ético, como bem evidencia Pretto (2013, p. 136), “Exige uma formação ética e solidária que não se resume às aulas, provas ou trabalhos. Demanda de um pensar mais amplo, que lhes possibilitem, de fato, compreender o mundo com todos esses desafios e dele participar de forma ativa, na busca de transformá-lo.”

Como se pode observar, é nessa compreensão de mundo apontada por Pretto (2013) que a educação deve se aportar. O sujeito comum, ultrapassa os muros de sua rua, escola, país. Ele é cidadão do mundo compreendido como sujeito sócio-histórico construído ao longo de toda sua existência. Contudo, um movimento que valide a luta contra a exclusão e busque o conhecimento democrático, colaborativo e solidário é, portanto, o atual escopo que a educação deva buscar.

É nessa confluência que entram em cena os Recursos Educacionais Abertos (REA)[1] que, segundo a UNESCO / Commonwealth of Learning, “REA são materiais de ensino, aprendizado e pesquisa, fixados em qualquer suporte ou mídia, que estejam sob domínio público ou licenciados de maneira aberta, permitindo que sejam utilizados ou adaptados por terceiros.” (BR, 2015, p.31.)

As iniciativas marcam a importância bem como balizam as reais diretrizes enquanto processos legais e regulatórios para o acesso aos REA, demonstram que existem Projetos de Lei, não somente no Brasil, que estão bem alinhados para tal finalidade.

Segundo, Rossini & Gonzalez:

O Brasil aparece como líder no debate de políticas públicas de REA, mas não está sozinho. Países como Estados Unidos, Austrália, África do Sul, Holanda, Polônia, entre outros, caminham para a implementação de normas e projetos governamentais que dão prioridade aos REA. (ROSSINI & GONZALEZ, 2012, p.62).

Outra característica que deve ser apontada acerca dos REA, que os torna diferentes dos demais materiais disponíveis nas redes, é a existência da licença aberta. É imensurável a capacidade de compartilhamento de saberes entre educadores e educandos sem a preocupação de violar os direitos autorais.

Um exemplo é a licença do “*Creative Commons*”, criado em 2001, nos Estados Unidos, com o objetivo de possibilitar o licenciamento livre de obras de forma tal que o autor tenha total direito

sobre elas, sem precisar de intermediários.” (PRETTO, 2012, p. 93).

Rossini (2015, p.33), fundadora do REA.br, acrescenta ainda: “O professor é autor, mas ele não se reconhece como tal.” Destarte, a afirmação revele a necessidade de promover ações efetivas que incentivem o desenvolvimento intelectual de forma a não violar os princípios éticos.

A aprendizagem, desde a mais remota existência, reafirma-se como propriedade de caráter humano e tem sido alvo de constantes estudos epistemológicos. A imensurável busca pelo conhecimento permite que se explore, através de pesquisas, reflexões, observações, experiências empíricas e cotidianas, fontes fundamentais de informações no processo do desenvolvimento cognitivo, social e cultural do ser humano. Pois, segundo Lévy:

A inteligência ou cognição são o resultado das redes complexas onde interagem um grande número de atores humanos, biológicos e técnicos. Não sou “eu” que sou inteligente, mas “eu” com o grupo humano do qual sou membro, com minha língua, com toda uma herança de métodos e tecnologias intelectuais (dentre as quais, o uso da escrita) (...) Fora da coletividade, desprovido de tecnologias intelectuais, “eu” não pensaria. (LÉVY, 1993, p. 135).

Tal afirmação aponta a tamanha complexidade ante à inteligência humana como resultado de um axioma coletivo que permitiu ao homem modificar-se e modificar o mundo: sair da pedra lascada para o mundo virtual como prova real e possível para as várias transformações do seu desenvolvimento.

E, sobre esse aspecto, Filloux (2010, p.15) aponta originalmente o pensamento durkheimiano: “cada sociedade, considerada num momento determinado de seu desenvolvimento, tem um sistema de educação que se impõe aos indivíduos”. Nota-se, todavia, que a sociedade traça e define um perfil de homem no que concerne ao intelectual, físico ou moral, vez que é esse homem que orienta a educação que funciona como aporte para outras questões da dimensão social.

Possibilitar situações de aprendizagem fundamentadas em experiências que valorizem os processos idiossincráticos dos sujeitos é, sem dúvida, validar a valorização cultural de cada um. Vale acrescentar ainda, que esse desenho traçado, na complexa dinâmica do processo da aprendizagem revela uma crescente evolução de uma nova ordem, bem como marca um processo dinâmico na ação da construção da produção intelectual. Dentro desse escopo, (Gramsci, 1989) acrescenta seu contributo para a seguinte reflexão e nos traz à luz um novo modelo de pensamento:

Não há nenhuma atividade humana da qual se possa excluir qualquer intervenção intelectual - o homo faber não pode ser separado do homo sapiens. Além disso, fora do trabalho, todo homem desenvolve alguma atividade intelectual; ele é, em outras palavras, um ‘filósofo’, um artista, um homem com sensibilidade; ele partilha uma concepção do mundo, tem uma linha consciente de conduta moral, e portanto contribui para manter ou mudar a concepção do mundo, isto é, para estimular novas formas de pensamento. (GRAMSCI, 1989, p.65 apud BIANCHETTI; ZUIN; FERRAZ, 2018)

Como é notório nas palavras do autor, a condição humana, no caráter mais amplo e universal, não se desassocia da dualidade dos aspectos laboral e intelectual.

A premissa maior da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) é “que toda pessoa é importante, de maneira incondicional.” Portanto, o direito à instrução e educação ao cidadão é de suma importância como se expressa no artigo 26, parágrafo 1 deste documento:

Todo ser humano tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, está baseada no mérito. (ASSEMBLEIA GERAL DA ONU, 1948).

O fomento a tal valor garantido por direito revela-se, dentre outros, como sendo um dos mais nobres. Todavia, há um precedente histórico, haja vista que, no Brasil, ao longo do seu desenvolvimento, tem-se registrado um marcante contraste social de promoção à injustiça e à negação que se coloca na contracorrente dos demais artigos.

Creative Commons: Como é fácil licenciar

Creative Commons (CC) consiste numa organização sem a finalidade lucrativa sediada em Mountain View, na Califórnia, idealizada e fundada em 2001 por Larry Lessig que possibilita o compartilhamento e a utilização livre de toda e qualquer forma de obras disponíveis ao público por meio de instrumentos legais e jurídicos estabelecidos. Pois, como fica claramente exposto:

Nossas licenças de direitos autorais livres e fáceis de usar fornecem uma maneira simples e padronizada para dar ao público permissão para compartilhar e utilizar o seu trabalho criativo – sob condições de sua escolha. As licenças CC permitem você alterar facilmente os seus termos de direitos autorais do padrão de “todos os direitos reservados” para “alguns direitos reservados”. Retirado do site oficial CC: <https://br.creativecommons.org/sobre/> (CREATIVE COMMONS, 2001)

Prontamente lançada nos Estados Unidos, países como Brasil, Japão e Finlândia adotaram esse formato de licenciamento. Vale pontuar que, hoje, já são aproximadamente, cerca de 50 países aderentes às licenças CC. O projeto *Creative Commons* é gerido por uma organização. No seu site oficial: <https://br.creativecommons.org> é possível encontrar todas as informações necessárias e seus possíveis formatos de licenciamento bem como conhecer sua atuação no Brasil.

Assim, torna-se evidente que a construção do conhecimento, bem como a democratização devam buscar caminhos que permitam uma prática pedagógica que faça vigorar o sentimento de pertença, valorização e contextualização dos processos idiosincráticos dos sujeitos, visto que o mais importante no aprendizado é a relação que norteará os aprendizados seguintes. A ênfase a ser dada não deve ser nos conteúdos, mas na ação política e pedagógica possibilitada no universo que agrega valores de natureza ética, estética, epistemológica que devam ser considerados no universo que gira em torno do REA.

Torna-se precípuo, portanto, ampliar outras concepções como possibilidades para uma melhor dimensão voltada aos interesses sociais e coletivos como forma de vislumbrar os potenciais de uma sociedade construída a partir de sujeitos críticos e ativos que entrem em cena a ação colaborativa; um movimento potencialmente importante para fortalecer a educação e minimizar as barreiras impeditivas ao conhecimento.

A aquisição da informação e do conhecimento tem sido a grande marca da sociedade, pois segundo Lévy (1996, p.54), “a informação e o conhecimento, de fato, são doravante principal fonte de produção de riqueza.”

Ainda para Lévy (1999, p.169): “será necessário, portanto, buscar encontrar soluções que utilizem técnicas capazes de ampliar o esforço pedagógico dos professores e formadores.” Assim, passa a traçar novas rotas que possibilitem formas mais ampliadas para a aprendizagem.

REA X Reflexão: uma confluência profícua

O ato educativo jamais poderá estar desassociado de uma ação reflexiva e colaborativa. À vista disso, compreende-se que a construção, utilização e compartilhamento de REA são práticas que demandam ações precípuas: pesquisar, criticar, refletir, dentre outras que, presentificadas na ação pedagógica, geram potencialidades individuais ou coletivas e ampliam a visão de mundo, de informações e de saberes para o fortalecimento de diferentes áreas do conhecimento. Vale ressaltar ainda que a aprendizagem horizontalizada e a relação dialógica entre educador e educando são ações essenciais e necessárias aos avanços apontados.

Acerca desse processo reverso, Becker (1993, p. 335) pontua que práticas docentes centradas em modelos que ele chama de “arrogância-didática” geram uma pseudo-capacidade de promover a criação e a aprendizagem, como coloca o autor: “O subproduto inevitável de tal relação didático-pedagógico é a morte da criatividade. Não há lugar para a novidade em tal relação.”

Como se pode observar, o caráter controverso dessa discussão é sublinhado pelo autor quando deixa claro que a capacidade de criação é cerceada pela ausência de uma relação que versa sobre o ato comunicativo.

Não se pode desconsiderar que, para a produção e compartilhamento de um REA dentre outros critérios ou condições, a ética deve estar na centralidade desse processo.

Ética vem do grego “*êthos*” que significa “caráter”, “modo de ser”. “*Êthos*”, por sua vez, vem do termo “*êthos*”, que significa “*hábito*” ou “*costume*”. Neste caso, o caráter ou modo de ser a que estamos nos referindo, “não é o temperamento ou constituição psicológica inata, mas sim a forma de ser que a pessoa adquire ao longo de sua vida, próxima de hábito (“*héxis*”), que é bom (*virtude*) ou mal (*vício*)” (LUÑO, 1991 p.20).

Segundo Cortella (2009, p. 102), a ética é o que marca a fronteira da nossa convivência. [...] é aquela perspectiva para olharmos os nossos princípios e os nossos valores para existirmos juntos [...] é o conjunto de seus princípios e valores que orientam a minha conduta. Como pontua Cortella, a ética versa por dimensões e princípios fundamentais das realidades humanas.

Considerações

Finalmente, dialogar sobre o potencial dos REA no contexto de busca e construção do conhecimento permite lançar sua flecha para um alvo ainda maior. Lançar o olhar para uma visão além do alcance, sob a égide de uma educação sabiamente refletida, democratizada e orientada sobre os princípios da responsabilidade e da ética é uma necessidade, porque nos espaços onde fomentam educação transitam pessoas que, tão somente, podem se esbarrar ou se encontrar, mas, com certeza, trazem, em si, seus processos idiossincráticos onde a construção do conhecimento se institua um ato colaborativo.

É essa percepção que possibilita compreender a dinâmica do contexto educacional como uma tarefa laboriosa ou mesmo, que exige um contínuo exercício do diálogo, cujo propósito maior está em tornar educador e educando os reais protagonistas do processo e do ato educativo.

A contribuição alusiva à educação, aqui apontada, seria para o educador a possibilidade de tornar capaz uma melhor condução que oriente o processo de aprendizagem e que fortaleça um ecossistema de oportunidades iguais para o desenvolvimento humano e a inclusão social como uma vertente da

cultura global. A pretensão não é apontar os REA como o plano salvífico para a educação em quaisquer que sejam as modalidades de ensino, presencial ou a distância, mas demonstrar que o contexto histórico contemporâneo, principalmente no diz respeito à educação, exige tomadas de posturas atualizadas e condizentes à resolução dos problemas emergente.

Torna-se premente que, ao falar de REA, em qualquer modalidade de ensino, abrem-se discussões para outras questões como: direito autoral, acessibilidade à rede, mercado editorial, letramento digital, adesão ao movimento, validação ao sentimento de pertença, valores universais estabelecidos, a promoção do bem comum, ou questões afins.

Em vista disso, convocar as partes interessadas, em particular a academia, para ampliar as discussões sobre a temática e possibilitar a interseção entre REA e educação é, sem dúvida, potencializar diferentes práticas e ações que podem validar ainda mais essa junção.

Diante do exposto, é importante deixar claro que essa discursiva perpassa pelo reconhecimento de que educar na contemporaneidade necessita de mudanças que sustentem as ações educacionais e que dialoguem com a construção do conhecimento pautada na ação da autonomia do educando, sem negar o essencial papel do educador nessa complexa cena do ensinar X aprender que revela o ato educativo.

[1] São materiais de ensino, aprendizagem e investigação em quaisquer suportes, digitais ou outros, que se situem no domínio público ou que tenham sido divulgados sob licença aberta que permite acesso, uso, adaptação e redistribuição gratuitos por terceiros, mediante nenhuma restrição ou poucas restrições. <http://www.rea.net.br/>⁵ review, reuse, remix, redistribute.

BR. *Revista anual do Comitê Gestor da Internet no Brasil*. São Paulo: Ed. NIC.BR, ed. 08, ano 6, 13 abr. 2015. 62 p.

ASSEMBLEIA GERAL DA ONU. "*Declaração Universal dos Direitos Humanos*" (217 [III] A). Paris: 1948. Disponível em: https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf. Acesso em 14 de junho de 2019.

BECKER, F. *A epistemologia do professor: o cotidiano da escola*. Petrópolis: Vozes, 1993.

BELLONI, Maria Luiza. *O que é mídia-educação*. Campinas: Autores Associados, 2001.

BIANCHETTI, L.; ZUIN, A.; FERRAZ, O. *Publique, apareça ou pereça: produtivismo acadêmico, pesquisa administrativa e plágio nos tempos da cultura digital*. Salvador: Edufba, 2018.

BRASIL. Decreto Nº 9.057, de 25 de maio de 2017. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 2017. Disponível em: Acesso em 14 de set. de 2019.

CORTELLA, M. S. *Qual é a tua obra? Inquietações, propositivas sobre gestão, liderança e ética*. Petrópolis: Vozes, 2009.

FILLOUX, J. C. 2010. Émile Durkheim. CARVALHO, C. P. F; RUSSO, M. H. (orgs.). Editora Massangana, Recife, Fundação Joaquim Nabuco, 148p.

GATTI, Bernadete A. Implicações e perspectivas da pesquisa educacional no Brasil contemporâneo. *Cad. Pesqui.*, Jul 2001, no.113, p.65-81. ISSN 0100-1574. Acesso em: 23 de junho de 2019.

LÉVY, Pierre. *As tecnologias da inteligência*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

_____. *O que é o virtual*. São Paulo: Editora 34, 1996.

_____. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999.

---- _____. **A Inteligência Coletiva: por uma Antropologia do Ciberespaço**. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2000

MONASTA, Attilio. Antonio Gramsci. Coleção educadores. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

PRETTO, N. D. L. Professores-autores em rede. In: SANTANA, B; ROSSINI, C.; PRETTO, N. D. L (Org.). Recursos educacionais abertos: práticas colaborativas e políticas públicas. Salvador; São

Paulo: EDUFBA, 2012, p.93.

_____. Reflexões: ativismo, redes sociais e educação. Salvador: EDUFBA, 2013.

ROSSINI, C. & GONZALEZ, C. REA: o debate em política pública e as oportunidades para o mercado in: SANTANA, B; ROSSINI, C.; PRETTO, N. D. L (Org.). Recursos educacionais abertos: práticas colaborativas e políticas públicas. Salvador; São Paulo: EDUFBA, 2012, p.62.

ROSSINI, C. Entrevista concedida ao Panorama Setorial da Internet, 2014: in: .BR. Revista anual do Comitê Gestor da Internet no Brasil. São Paulo: Ed. NIC.BR, ed. 08, ano 6, 13 abr. 2015, p.32.

TEIXEIRA, Anísio. Mestres de amanhã. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro, v.40, n.92, out./dez. 1963. p.10-19. Disponível em: <http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/artigos/mestres.html>. Acesso em: 23 de junho de 2019.

TEIXEIRA, Elizabeth. As três metodologias: acadêmica, da ciência, da pesquisa. 3. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2005.

THURLER, Mônica G. Inovar no interior da escola; trad. Jeni Wolff. – Porto Alegre: Artmed Editora, 2007.

TIJIBOY, Ana Vilma. As novas tecnologias e a incerteza na educação. In: SILVA, Mozart Linhares (org). Novas tecnologias – educação e sociedade na era da informação. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 39-55

[1] São materiais de ensino, aprendizagem e investigação em quaisquer suportes, digitais ou outros, que se situem no domínio público ou que tenham sido divulgados sob licença aberta que permite acesso, uso, adaptação e redistribuição gratuitos por terceiros, mediante nenhuma restrição ou poucas restrições. <http://www.rea.net.br/>⁵ review, reuse, remix, redistribute.

* Especialista em Formação Continuada Mídias na Educação pela UESB- Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (2010). Especialista em Metodologia do Ensino para a Educação Profissional (2014). Especialista em Tutoria em Educação a Distância pela Universidade Cândido Mendes (2019). Graduada em Licenciatura em Letras Vernáculas, Inglês e Literatura pela Universidade do Estado da Bahia- UNEB em 1995. Pós-Graduação em Psicopedagogia Clínica e Institucional pelo INET- Instituto de Educação e Tecnologias (2007) e Psicanálise Clínica e Institucional pela FASE- Faculdade de Sergipe (2010). <http://lattes.cnpq.br/8407680030118354>, <https://orcid.org/0000-0002-4028-7152>

** Mestra em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação pelo Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional GESTEC, ofertado pela Universidade do Estado da Bahia - UNEB, processo seletivo de 2015. Especialista em Formação Continuada Mídias na Educação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia- UESB (2010) e em Linguística Aplicada à Língua Inglesa pela Universidade Estadual de Feira de Santana- UEFS (2000). Graduada em Letras Vernáculas com Inglês pela Universidade do Estado da Bahia- UNEB (1996). Pesquisadora vinculada ao GIPRES - Grupo de Pesquisa Interdisciplinar de Pesquisa, Representações, Educação e Sociedade Sustentável- UNEB e ao GEOTEC - Grupo de Pesquisa em Geotecnologias, educação e Contemporaneidade, UNEB. <http://lattes.cnpq.br/8191544891010788>, [Orcid.org/0000-0003-1053-1035](https://orcid.org/0000-0003-1053-1035).